

ANO VIII Nº 014 BRASÍLIA-DF – 23/02/2021

CENTRAIS SE REÚNEM COM A BANCADA PARLAMENTAR DA OPOSIÇÃO PARA BARRAR PEC 186



Senador Paulo Rocha (PT-PA) - Foto: Alessandro Dantas

Nesta segunda-feira (22), as centrais sindicais e movimentos organizados da sociedade civil reuniram-se com a bancada parlamentar da oposição no Congresso Nacional. O foco principal do encontro virtual foi o de alinhar estratégias para conseguir a Aprovação do Auxílio Emergencial sem as amarras e retrocessos incorporados na PEC 186, impedindo a retirada de direitos e o conseqüente rebaixamento social da classe trabalhadora.

Coordenada pelo senador **Paulo Rocha (PT/PA)**, a reunião virtual foi pautada pelas seguintes discussões:

- *Análise e avaliação da PEC Emergencial 186, bem como ações imediatas para impedir a sua votação prevista para a próxima quinta-feira;*
- *Campanha nacional pelo auxílio emergencial de R\$ 600,00;*
- *Organização do Fórum Parlamentar Permanente, integrado por parlamentares da oposição (deputados e senadores), movimento sindical, movimento popular e demais frentes de luta contra o governo Bolsonaro;*
- *Proposição da PEC de Emergência Social em vez de PEC de emergência fiscal...*

[CLIQUE AQUI](#) e acesse a íntegra do conteúdo pelo portal de notícias da NCST.

FÓRUM DAS CENTRAIS RESPALDA AMPLO APOIO SINDICAL AO PORTAL DA VACINA



Reunião virtual do Fórum das Centrais Sindicais

Nesta segunda-feira (22), o **Fórum das Centrais Sindicais** se reuniu para discutir agenda comum de ações em defesa da vacinação, do auxílio emergencial e da preservação dos postos de trabalho durante a pandemia. Na oportunidade, o **Portal da Vacina** ([saiba mais](#)) destacou-se como iniciativa de esforço coletivo da sociedade civil organizada que pode, com informações apuradas e de qualidade, preservar incontáveis vidas enquanto a vacinação engatinha no país ([saiba mais](#)). Elogiado entre as maiores centrais sindicais do país, a recomendação é que as categorias de base se cadastrem no Portal da Vacina e colaborem com a disseminação das peças personalizadas e conteúdos distribuídos pela página.

Outro tema de destaque é a articulação política em torno de viabilizar 12 meses de auxílio emergencial (1 ano), no valor de R\$ 600,00, com um período de seis meses para ir, aos poucos, reduzindo o valor do benefício até a sua extinção. As lideranças não concordam com prejuízos aos trabalhadores do setor público, aposentados e pensionistas, para bancar a continuidade do relevante benefício em período de crise. “A retomada de uma agenda de crescimento é o caminho para que não haja necessidade de perpetuar o benefício. Queremos a retomada de um ambiente econômico que favoreça a geração de empregos e o crescimento do PIB, resgatando nosso progresso econômico e social. Temos propostas tecnicamente viáveis para isso”, avaliaram.

Carreatas nacionais e atos virtuais estão no horizonte dos mecanismos verificados como eficazes para exercer pressão social e política no período de necessário isolamento social. Reativar o contato com as categorias de base e com as periferias, pelos meios que permitam reivindicações com um mínimo de protocolo de segurança contra a contaminação, está no cerne das estratégias que estão sendo alinhadas entre as centrais...

[CLIQUE AQUI](#) e acesse a íntegra do conteúdo pelo portal de notícias da NCST.

TEXTO DO RELATOR DA PEC EMERGENCIAL ACABA COM PISO PARA GASTOS EM SAÚDE E EDUCAÇÃO

Senador Márcio Bittar entregou relatório nesta segunda. Caso o texto seja aprovado como está, estados e municípios ficam desobrigados de fazer investimento mínimo nessas duas áreas.



PEC Emergencial: relator quer propor auxílio emergencial de R\$250 por quatro meses

por *Alexandro Martello*

O relator da proposta de emenda à Constituição conhecida como [PEC Emergencial](#), senador Márcio Bittar (MDB-AC), divulgou o parecer sobre o assunto nesta segunda-feira (22). O texto acaba com os pisos para gastos em saúde e educação dos estados e municípios.

Com isso, caso a proposta passe pelo Legislativo, os governantes ficam desobrigados de efetuar gastos mínimos nessas áreas. O senador [já havia defendido essa medida anteriormente](#).

Atualmente, no orçamento do governo federal, os pisos de saúde e educação têm de ser corrigidos pela inflação do ano anterior – conforme regra do teto de gastos aprovada em 2016 no governo do então presidente Michel Temer.

No caso dos estados, a Constituição diz que devem destinar 12% da receita à saúde e 25% à educação. Municípios, por sua vez, têm de gastar, respectivamente, 15% e 25%.

A proposta do senador difere do que foi apresentado pelo governo em novembro de 2019, [pela qual os pisos seriam mantidos, mas unificados](#), dando uma maior flexibilidade a estados e municípios para gastarem mais em uma área do que em outra.

Em entrevista à GloboNews, Bittar afirmou que, embora essa proposta seja polêmica, resolveu incluí-la no texto final de seu relatório. Segundo ele, vincular (definir valores fixos) os gastos com saúde e educação não surtiu os efeitos esperados ao longo dos anos...

[CLIQUE AQUI](#) e acesse a íntegra do conteúdo pelo portal de notícias da NCST.

Fonte: Portal G1

DECISÃO DA JUSTIÇA MANTÉM BLOQUEIO DE BENS DA FORD EM TAUBATÉ (SP) E PROIBIÇÃO DE DEMITIR SEM NEGOCIAÇÃO

TRT-15 apreciou mandado de segurança impetrado pela montadora em ação do MPT, mantendo grande parte da decisão obtida pela instituição no início de fevereiro



Campinas (SP) – O Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região (TRT-15), em Campinas (SP), manteve parcialmente a decisão cautelar obtida pelo Ministério Público do Trabalho (MPT) contra a Ford Motor Company no dia 5 de fevereiro. Na manhã desta segunda-feira (22), a desembargadora Maria da Graça Bonança Barbosa julgou um pedido liminar em mandado de segurança, impetrado pela montadora, decidindo que a empresa continua proibida de alienar bens e maquinário da fábrica em Taubaté (SP) até a conclusão efetiva da negociação coletiva, sendo obrigada a mantê-los em seus estabelecimentos localizados no município. Além disso, a decisão também manteve a proibição da Ford de praticar dispensa coletiva de empregados da fábrica sem prévia negociação coletiva, de suspender pagamento dos salários e licenças remuneradas enquanto os contratos de trabalho estiverem em vigor, de praticar assédio moral e negocial, bem como de apresentar ou oferecer propostas ou valores de forma individual aos trabalhadores. Em caso de descumprimento, será aplicada multa de R\$ 100 mil por cada trabalhador atingido ou por cada máquina ou bem removido da unidade fabril.

O TRT-15, contudo, deu provimento parcial aos pedidos da Ford, desobrigando a montadora a fornecer, no prazo de 30 dias, um cronograma de negociação coletiva com o sindicato dos trabalhadores, e determinado que não há mais a necessidade de o MPT participar das negociações coletivas entre empresa e entidade sindical. As demais obrigações em desfavor da empresa, impostas pela 2ª Vara do Trabalho de Taubaté, foram mantidas...

[CLIQUE AQUI](#) e acesse a íntegra do conteúdo pelo portal de notícias da NCST.

Fonte: Ministério Público do Trabalho - MPT

COVID-19: CRESCE O APOIO À VACINA APÓS INÍCIO DA IMUNIZAÇÃO

Seja no Brasil, seja no mundo, a aplicação das primeiras doses ajudou a reverter a opinião popular



A onda antivacina perde força no mundo. Com o início da imunização a Covid-19 em diversos países, pesquisas registram um aumento do apoio às campanhas de vacinação. No Brasil, conforme pesquisa XP/Ipespe, o número de brasileiros que dizem que com certeza se vacinarão saltou de 69% em janeiro para 77% em fevereiro. A alta coincide com o início da imunização no País.

Mundo afora, a aplicação das primeiras doses ajudou a reverter a opinião popular. Na França, 58% da população rejeitava o imunizante, segundo levantamento feito em 22 e 23 de dezembro pelo instituto Odoxa com a consultoria Backbone. A pesquisa indicava que um dos principais motivos apontados pelos entrevistados era que “não se vacinar é uma decisão razoável tendo em vista uma nova doença e uma nova vacina”.

Porém, em 27 de dezembro, o primeiro francês recebeu a injeção contra a Covid-19 – e o cenário se inverteu. Na sondagem seguinte, de 13 e 14 de janeiro, já eram 56% os que se vacinariam no país. Mudar a cultura local é um dos desafios das autoridades sanitárias, diz o médico francês Michaël Rochoy, pesquisador de epidemiologia na Universidade de Lille.

“Historicamente, há um grande movimento antivacina”, afirma Rochoy, citando estudo de 2019 em 54 países no qual a França liderou o ranking em quantidade de pessoas que não confiavam nas imunizações. “Países ricos não veem mais epidemias. Não é o caso da Covid – mas a epidemia de rubéola, por exemplo, não existia mais e voltamos a ver alguns casos porque cada vez mais pessoas se esquecem de se vacinar ou não querem...”

[CLIQUE AQUI](#) e acesse a íntegra do conteúdo pelo portal de notícias da NCST.

Fonte: Portal Vermelho com informações da Folha de S.Paulo



Vamos juntos derrotar a Covid 19!

Portal da Vacina
Desenvolvido por Sindicatos Online®

Uma iniciativa da Rede Sindical Brasileira que disponibiliza notícias relevantes sobre a vacinação no Brasil.

www.portaldavacina.com.br

Apoio: 

Conheça o Portal da Vacina

O portal é uma iniciativa da rede sindical brasileira e disponibiliza notícias relevantes sobre a vacinação no Brasil.

[CLIQUE AQUI](#) e cadastre-se.

Acompanhe estas e outras notícias relacionadas ao mundo do trabalho pelo Portal de Notícias da NCST:

www.ncst.org.br
